

DURO DE MATAR

NOVO MANDATO Os desenvolvimentistas brigam por espaço na agenda econômica do governo Lula, contra o palocismo

POR LEANDRO FORTES,
MÁRCIA PINHEIRO
E SERGIO LIRIO

Se depender da disposição do chamado núcleo desenvolvimentista do governo Lula, nem a oposição nem os conservadores vão pautar a política econômica até 2010. Segundo essa corrente, que ganhou musculatura nos últimos dias, o presidente foi reeleito com o compromisso de que o País ingressará em uma fase de crescimento acelerado, rigor fiscal e controle de inflação, com geração de empregos e manutenção das políticas sociais. A população brasileira, ao legitimar a vitória de Lula por larga margem de votos no segundo turno da eleição presidencial, teria passado o recado: houve o entendimento de que os últimos quatro anos foram um período de transição, de arrumação da casa.

Nos bastidores de Brasília, há uma batalha acirrada entre as forças no governo, cuja palavra de ordem é desenvolvimento e aquelas que ainda têm o ex-ministro Antonio Palocci como guru, cujos representantes mais visíveis são o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Nos bastidores, atua

também a assessora da Presidência, Clara Ant, amiga de Palocci, e que tem canal direto com o presidente. O embate é o principal assunto na Esplanada dos Ministérios. E não é segredo algum que Meirelles e Bernardo contam com o irrestrito apoio do mercado financeiro.

No grupo dos desenvolvimentistas, encontram-se o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro.

A declaração de Genro, no calor da comemoração da vitória de Lula, de que a era Palocci tinha chegado ao fim, foi um desabafo que retrata o sentimento desses ministros. São francamente contrários ao chamado palocismo, que, somado à sua versão tucana, o malanismo dos tempos de FHC, dita as regras econômicas há mais de uma década.

O que está em jogo, no tabuleiro do Planalto, é o BC de Meirelles, que abusou da ortodoxia nos últimos quatro anos e manteve o Brasil campeão dos juros reais no globo. Um arrocho que, apesar do controle da inflação, resultou em uma taxa de crescimento medíocre, abaixo das médias mundiais no ano passado. A performance do PIB brasileiro, de 2,3% em 2005, só não foi pior, na América Latina e no Caribe, do que o desempenho do Haiti. O cenário deve

repetir-se em 2006 e afetar o resultado do ano que vem.

Nos últimos meses, Palocci, da mesma forma discreta que imprimiu em sua campanha a deputado federal, vem se encontrando com representantes do mercado financeiro. Nessas conversas, o ex-ministro garante que Meirelles está prestigiado e que nada mudará nos rumos da política econômica.

Os palocistas contariam, ainda, com o apoio do marqueteiro João Santana, produtor dos programas eleitorais do PT. Foi a equipe de Santana que redigiu o pronunciamento de Lula, exibido em rede nacional na terça-feira 31. O texto foi considerado excessivamente conservador por integrantes do Palácio do Planalto. Sofreu mudanças, mas não suficientes para alterar o tom aquém das promessas de campanha.

Internamente, o presidente Lula cuidou de apagar o incêndio iniciado por Tarso Genro. Desautorizou o ministro, de forma sutil, mas, ao mesmo tempo, afastou os ensaios dos palocistas para remover Guido Mantega do Ministério da Fazenda. Em uma nota à imprensa, o Palácio do Planalto lembrou a prerrogativa presidencial de nomear quem quiser. "O presidente da República reafirma que só a ele cabe indicar ministros

FUTURO 1
O grupo de
Dilma Rousseff
quer baixar
o juro



FUTURO 2.
A agenda não
virá na marra,
diz Garcia



MARCO AURELIO MARTINS/AGENCIA A TARDE

FABIO POZZEBON/ABR

POSTO-CHAVE.
Mantega aposta
na afinidade
com Lula



RICARDO STUCKERT/RE

e que o ministro escolhido por ele para ocupar a pasta da Fazenda chama-se Guido Mantega”, diz a mensagem assinada pelo porta-voz e secretário de Imprensa, André Singer.

“Não fiz uma crítica ao rigor fiscal e reconheço o trabalho de Palocci”, diz Genro. “Apenas quis dizer que o segundo governo vai privilegiar o crescimento da economia, com inflação baixa e distribuição de renda”, arremata o ministro das Relações Institucionais. Para ele, a repercussão sobre a declaração referente à era Palocci foi superdimensionada por causa da ocasião, ainda no momento eleitoral. “Parecia que eu estava jogando fora o trabalho dele (*Palocci*) de estabilização macroeconômica, mas tenho o direito de divergir.”

O embate foi para profissionais. Mal o Tribunal Superior Eleitoral proclamou a vitória de Lula, no domingo 29, começou a temporada especulativa sobre os nomes que comporiam os ministérios no segundo mandato. Causou *frisson* a ida a Brasília do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, supostamen-

te cotado para assumir a Fazenda. Seu padrinho seria Palocci. Pimentel, um moderado, desmentiu sua nomeação, mas arriscou opinar sobre o assunto. “É claro que haverá mudanças no Banco Central”, afirmou, sem esclarecer se elas dizem respeito a pessoas ou conceitos.

Os jornais, a cada dia, engordam as listas dos ministeriáveis para a Fazenda, que poderiam ainda ser o empresário da siderurgia Jorge Gerdau (também cotado para a Previdência ou o Desenvolvimento) e o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli. Balões-de-ensaio, jogados à sanha do mercado financeiro, que reage on-line a qualquer novidade que enseje oscilações de preços. É o tempo das especulações, no mais das vezes muito lucrativas para uns poucos.

Bombardeado pelo noticiário, Lula disse, na segunda 30, em entrevistas aos principais telejornais, que nunca

houve a política econômica de Palocci, como não existe a de Mantega. Todas as decisões, afirmou o presidente, foram suas e pautadas pela necessidade do combate à inflação e da estabilização da economia. Antes, no domingo da vitória, Lula mostrou-se disposto a romper com políticas econômicas do

passado. Falou no tripé desenvolvimento, distribuição de renda e educação, prioridades para o segundo mandato. Em rede nacional, na terça 31, reafirmou tais metas, mas optou por enfatizar a necessidade de um amplo entendimento político, para que sejam votadas propostas de reformas. Entendi-

mento que não pode prescindir dos partidos políticos, inclusive os de oposição, e dos movimentos sociais.

O desejo de Lula por um País que abrace uma agenda comum é compreensível, ainda que a maneira como a eleição se desenrolou tenha dificultado

Genro avalia: a repercussão sobre “o fim da era Palocci” foi típica do calor eleitoral



FABIO POZZEBOM/ABR

MEIRELLES.
Lobby para
se manter
no cargo

o diálogo com alguns setores. Optasse pelo enfrentamento, o presidente ficaria à mercê de boataria. “Claro que tem gente especulando para colocar outras pessoas no cargo (*Ministério da Fazenda*)”, desabafa Mantega a *CartaCapital*. “São meras especulações de quem não tem a caneta na mão, não tem o poder para fazê-lo”, diz o ministro. “Quem tem (*o poder*) se manifestou: Parem com isso. Só eu tenho essa autoridade”, afirmou, em referência a Lula. E prossegue Mantega: “Sou totalmente afinado com o presidente. Nós nos conhecemos. Temos concordância plena nas propostas de política econômica”.

O jogo político pesado foi definido com clareza a *CartaCapital* por Marco Aurélio Garcia, coordenador da campanha de Lula. Segundo ele, “declarações individuais à parte, foi uma tentativa de setores conservadores, especialmente do mercado financeiro, de, perdidas as eleições, tentar ganhar o governo na marra”.

Garcia diz que o presidente deu indicações claras de que o governo trabalhará por um ritmo mais acentuado de crescimento, dados os fundamentos da economia brasileira. “Ninguém deve esperar ruptura.” Contudo, esclarece, o governo não se deixará contaminar pela agenda conservadora. “Não daremos trancos na Previdência nem faremos a reforma trabalhista que o chamado mercado deseja.” Ele descartou também a necessidade de discutir a autonomia

formal do Banco Central. “Isso não faz parte da agenda”, ressaltou.

Lula reuniu-se com os ministros da área econômica na véspera do feriado de 2 de novembro. A interpretação do resultado desse encontro, mais uma vez, revela a queda-de-braço no governo. Atribui-se a Paulo Bernardo e Henrique Meirelles a versão, predominante no noticiário do dia seguinte, de que o presidente exigiu silêncio a respeito de temas econômicos. Ou que teria solicitado propostas sobre quatro pontos: contenção de despesas, redução de tributos sobre o investimento privado, investimentos em infraestrutura e melhora da gestão da máquina pública. Nada que não esteja na pauta dos desenvolvimentistas, mas que, em parte, reafirma uma agenda monetarista. Como é de seu feitio, por enquanto Lula estimula as divergências, sem pender claramente para um lado.

Já a idéia da criação de um conselho de assessores econômicos esvaiu-se. Marco Aurélio Garcia diz que, durante o primeiro mandato de Lula, consultou alguns auxiliares do presidente sobre a oportunidade desse *board* de notáveis.

PALOCCHI.
Influência,
apesar do
afastamento

O coordenador da campanha afirma ter sido convencido por um argumento contrário: qualquer discussão feita pelo tal conselho viraria instrumento de especulação, financeiro inclusive, e poderia servir para submeter o governo à agenda dos assessores. Ele defende que Lula continue a ter conversas isoladas com diferentes intelectuais, de correntes distintas, sejam economistas, acadêmicos, sejam cientistas sociais.

Mas é sobre o papel do BC que reside o centro do debate econômico. Na visão do ministro Mantega, como a inflação está baixa, é possível flexibilizar a política monetária. “A queda do juro é fundamental, porque estimula o investimento.” Sobre o fato de o Banco Central ser pouco sensível a questões do desenvolvimento, Mantega é taxativo: “O BC tem de obedecer às políticas do governo. Claro que deve perseguir as metas de inflação. A meta mais flexível hoje permite que trabalhe com juro menor. Não sou eu que tenho de contar com a compreensão do BC. A política econômica é do governo”.

Há um cálculo incontestável sobre os efeitos dos juros. Caso seja mantido o atual ritmo de redução das taxas, de meio ponto porcentual a cada dois meses, o Brasil só terá juros de 6% ao ano em agosto de 2007. Será, ainda, um dos mais

altos do mundo. As chances de crescimento vigoroso no ano que vem estariam seriamente comprometidas. Sem falar nos efeitos sobre 2008.

Além disso, só uma redução maior da taxa básica



LINDOMAR CRUZ/ABR

ATÉ QUANDO?
O crescimento
mediocre do
PIB posterga
uma melhor
distribuição
de renda



permitiria aumentar os investimentos sem ter de reduzir o superávit primário de 4,25% ao ano. No programa de governo, Lula prometeu aumentar os investimentos do País para cerca de 25% do PIB até 2010.

Respeitada essa premissa, de um Banco Central mais afinado com o restante da equipe econômica, os rumos da economia brasileira vão mudar. Quanto à proposta de perseguir a zeragem do déficit nominal (depois de pagos os juros), o ministro Mantega é claro: “Todo governo deveria buscar diminuir o déficit nominal”. E é possível atingir essa meta em quatro anos. Com a queda da taxa de juro, raciocina, haverá a imediata redução das despesas financeiras. Considerando-se ainda que ocorrerá uma contenção de gastos correntes, o que é objetivo do segundo mandato de Lula, e crescimento do PIB de ao menos 5% ao ano, tal horizonte é plenamente alcançável, nas contas do ministro.

Desenvolvimentista de carteirinha, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES), Demian Fiocca, tornou-se, circunstancialmente, aliado da meta do superávit primário. “Continua sendo importante”, insiste. Ele hoje festeja a inexistência de qualquer gargalo “que impeça o Brasil crescer 5% no próximo ano”. Com exceção da malha rodoviária, Fiocca garante que não há outro problema sério de infra-estrutura: vão bem os transportes, os portos e os aeroportos, afirma. E ele registra que, de 2003 a 2005, o investimento médio no setor saltou de 700 milhões de reais para mais de 2 bilhões de reais. “Há sinais na economia que apontam a direção do desenvolvimento”, afirma o presidente do BNDES.

Haverá mais estímulo ao investimento, promete Mantega, em um recado para aqueles que temem pressões inflacionárias por estrangulamento da oferta. “Já há vários projetos em gestação, como a hidrelétrica do Rio Madeira e as

ferrovias Transnordestina e Norte-Sul.” Outro ponto importante, no segundo mandato, será a desoneração da carga tributária, de forma a estimular setores dinâmicos da economia.

“Neste momento, estamos fazendo um amplo estudo, para contenção de gastos correntes e com-

patibilização com a desoneração, para que até seja reduzida a relação Dívida/PIB. Também há um estudo sobre quais setores terão prioridade na desoneração.” Mas o ministro lembra que há incentivos, em vigor, para reduzir o custo do capital de giro, como o programa

FAT giro empresarial. Mantega não descarta ainda a realização de uma reforma tributária mais ampla no Congresso. “É preciso simplificar os tributos. Racionalizá-los”, afirmou. Na sua avaliação, o emaranhado ocorre principalmente na seara dos impostos estaduais.

O ministro mostra-se confiante, ainda,

O Banco Central tem de obedecer às políticas de governo, diz o ministro Guido Mantega

PALAVRAS ANTIGAS, MAS PERTINENTES O setor produtivo, desanimado com o baixo crescimento da economia, acautela-se quanto às promessas

POR PAULA PACHECO

O discurso é antigo e permeia desde as conversas de botequim às federações das indústrias de Norte a Sul do Brasil. Nos últimos meses, durante a campanha eleitoral, o crescimento do PIB ganhou mais projeção. Logo após confirmar a reeleição, Lula disse que o País precisa crescer mais. E lançou um número para o segundo mandato: 5% de aumento do

cimento do País para inserir no mercado de trabalho as novas gerações e as pessoas que migram do campo para a cidade”, sugeriu.

Vice-presidente da Caramuru, César Borges concorda com Gerdau. “O Brasil precisa pensar na redução da taxa sobre as empresas, porque isso, aliado à falta de crescimento, faz com que não haja sobra para os investimentos e, conseqüentemente, não sejam gerados empregos.”

No setor de máquinas e equipamentos,

precisar recorrer aos bancos”, salienta.

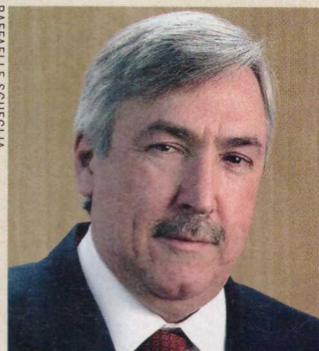
As empresas do setor de transportes também não têm o que comemorar. Carlos Ebner, presidente da Ocean Air, diz que o mais preocupante para as companhias aéreas são os problemas causados pela carga tributária. Os problemas, segundo ele, são generalizados. Vão dos portos aos aeroportos, das ferrovias às estradas. Ele também é contra a forma como a Agência Nacional de Aviação (Anac) tem atuado. Ebner comen-



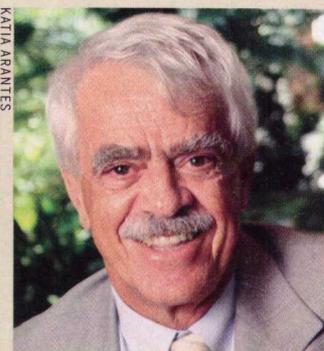
SKAF. O presidente da Fiesp espera que haja coragem para mudar



VAZ. Ele pede a desoneração dos investimentos no setor produtivo



MELLO. Esperançoso por uma queda vigorosa dos juros



CARVALHO. O setor sucroalcooleiro torce pela manutenção da política

PIB por ano. Escaldado depois de mais de 20 anos de números desmoralizantes (taxa média de crescimento de 1,57% na década de 80 e de 2,65% na de 90), o setor produtivo prefere cautela.

Apesar da promessa de Lula, os empresários ainda não festejam. As previsões para o PIB brasileiro neste ano vão de 2,5% a 3%, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê uma taxa de 5,1% para o mundo e de 4,8% para a América Latina.

Na Companhia Vale do Rio Doce, apesar da fase de ventos favoráveis, a mudança no rumo da economia é mais do que esperada, como disse o presidente Roger Agnelli na edição especial de *CartaCapital, As Empresas Mais Admiradas no Brasil*. O executivo cita a urgência de reformas como a política, a tributária, a da Previdência e a administrativa. Diz: “O Brasil tem pressa para crescer e gerar os empregos de que precisamos”.

Jorge Gerdau, cotado como possível ministro do próximo mandato, disse na mesma publicação: “O presidente precisa fazer um choque de gestão. É preciso aumentar o cres-

a situação é crítica. De janeiro a setembro, a produção da indústria brasileira encolheu 4%. O resultado disso foi o corte de 7 mil postos de trabalho. “É mais do que necessário, é fundamental que haja uma queda vigorosa dos juros para não haver estímulo à entrada de capital especulativo”, opina o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Newton de Mello. Segundo o representante da entidade, sem que o governo tome medidas voltadas ao desenvolvimento, o Brasil corre o risco de ir ao encontro da desindustrialização acelerada.

Cristian Jaty Silva, vice-presidente da Jaraguá, fabricante de equipamentos industriais, atua em segmentos como o petroquímico e de mineração, todos com um bom potencial de crescimento. Nem por isso o empresário se anima. “Com esse custo financeiro com que temos de conviver no Brasil, é preciso torcer para não ter problema de fluxo de caixa e

ta: “É preciso uma política mais clara para o setor para evitar o duopólio. Isso seria muito pernicioso para os passageiros”.

Segundo Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entidade que apoiou Alckmin na eleição presidencial, o fato de o risco-país ter caído e a inflação estar sob controle não é suficiente para, sozinhos, estimularem o

Os empresários fazem coro pelas mudanças na política econômica

crescimento da economia. “Sem uma verdadeira obsessão a situação não vai mudar. É preciso coragem de transpor esse modelo econômico esgotado, com medidas como a redução da carga tributária, o aumento dos investimentos públicos, a criação de instrumentos de estímulo à melhora da infra-estrutura”, detalha.

Skaf acredita que Guido Mantega, ministro da Fazenda, terá condições – e coragem – para fazer a esperada ruptura e iniciar outro ciclo econômico. “Ele tem essa visão. Prova disso é que reduziu a TJLP e, quando estava no BNDES, diminuiu o *spread*. Não

é possível ter receio de crescer. Faz 20 anos que o Brasil espera por isso. Crescer 3% ao ano não é muito bom, é péssimo”.

Ao contrário do que se tem falado nos últimos dias, Claudio Vaz, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), outro incentivador de Alckmin, prefere não falar em fim da Era Palocci. “Não dá para desqualificá-lo. Apesar de algumas divergências, as decisões tomadas por ele foram na medida certa”, comenta. Agora, no entanto, Vaz acredita que seja hora de mudar de rota, com medidas como a desoneração dos investimentos produtivos, facilidades para projetos de infra-estrutura e tirar do mundo virtual os marcos regulatórios e as Parcerias Público-Privadas (PPP).

A construção civil, que no primeiro mandato de Lula parecia ser uma das apostas, não agradou, como analisa Maurício Eugênio, da agência de publicidade Eugênio. O empresário tem vários projetos na área e garante: “Facilitar os investimentos pode resultar em uma mudança na estrutura socioeconômica do País, gerando emprego, investimento em infra-estrutura, diminuindo o déficit habitacional”, acredita.

No meio de tanta reclamação, um setor produtivo não tem queixas, apenas a esperança de que as decisões do primeiro mandato não sejam mudadas. A cana-de-açúcar, graças à cotação internacional do açúcar e ao renascimento do álcool combustível no Brasil, vive o melhor momento da história, como informa Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica). “Não acredito em um retrocesso, porque vivemos uma nova situação energética no mundo. A tendência é só de crescimento no setor e até agora tivemos no presidente Lula o principal mascate do biocombustível brasileiro.” No entanto, lembra Carvalho, ainda é preciso fazer ajustes, como a equiparação do ICMS cobrado pelos estados sobre o álcool (cuja variação vai de 12% a 30%), sem esquecer, é claro, de manter a luta pela abertura de novos mercados.

O quadro pintado por diferentes setores da economia indica que esses não são apenas queixumes de quem gosta de reclamar à espera de benesses. O recado é muito claro: sem mudanças, o Brasil pode perder o bonde. E mais quatro anos dessa política cambial, a indústria brasileira será apenas uma lembrança.



LINHA DE TIRO.
Tarso Genro precipitou o debate

WILSON DIAS/ABR

que o real vai se desvalorizar. Ele calcula que, com o crescimento do PIB acima dos patamares atuais, haverá aumento de importações. Esse movimento vai se associar à queda dos juros e às intervenções no mercado, para a compra de dólares e a consequente engorda das reservas internacionais. Nesse raciocínio, o real perde valor. E as exportações ganham competitividade.

O mercado interno será o soberano até 2010. “Mercado de massas”, frisa Mantega. “Nosso objetivo máximo é implantar o social-desenvolvimentismo. Porque, no passado, tivemos o desenvolvimentismo, menos social do que é hoje. O País cresce, mas a renda concentrava-se”. Era um padrão que mantinha as desigualdades regionais e sociais. “Hoje é um novo modelo. Vamos crescer e distribuir (renda) ao mesmo tempo. É inédito no País.”



APOSTAS.
Gerdau está na lista dos ministeriáveis

OLGA VLAHOU

Apesar de tantas promessas sobre dias melhores, não está claro, ainda, como o governo pretende, no segundo mandato, conciliar o gradualismo da política econômica com as expectativas de crescimento acelerado. Lula considera que a política adotada nos quatro primeiros anos, ainda que fortemente criticada à esquerda, permitiu a recuperação de parte do poder de compra dos trabalhadores e a expansão dos programas sociais. Por isso, resiste a mudanças mais profundas.

O dilema reside, porém, no fato de que a manutenção do superávit primário nos moldes atuais, feito a partir de cortes lineares no Orçamento, é uma barreira ao crescimento mais alentado, única saída para ampliar as conquistas do primeiro mandato, entre elas a geração de mais empregos e a redução das diferenças sociais. O caos nos aeroportos, que dura uma semana, deveria servir de exemplo para os próximos quatro anos. Foi a retenção dos investimentos em pessoal a razão para os enormes atrasos na decolagem dos aviões.

Também não está totalmente afastada a hipótese de um novo racionamento de energia, caso o Brasil cresça de forma acelerada. O governo tem tentado tirar algumas hidrelétricas do

papel, mas a demora na concessão de licenças ambientais e a falta de definição em pontos do modelo energético impedem o afastamento total desse risco. O acordo de fornecimento de gás natural com a Bolívia serviu para afastar, por enquanto, o fantasma do apagão. Isso sem falar na situação precária das estradas federais, cuja esperança de recuperação está na aprovação das Parcerias Público-Privadas, em tramitação no Congresso há mais de dois anos.

Em artigos recentes, o deputado federal Delfim Netto, que frequentemente conversa com Lula, defende um manejo mais racional dos instrumentos da política econômica. Para ele, o governo precisa manter o equilíbrio fiscal e estabilizar “em níveis aceitáveis uma dívida pública adequadamente financiada, de forma a garantir a estabilidade do poder de compra da moeda sem que a política monetária tenha de impor maior sacrifício ao crescimento”.

Nos bastidores, Delfim desfia algumas propostas de maneira menos formal. Uma delas? Chamar o mercado financeiro para uma conversa sobre o nível de juros que o governo estaria disposto a pagar por novos títulos públicos, em um acordo para beneficiar o crescimento.

Sobre a política externa brasileira, Marco Aurélio Garcia dá sinais de que a estrutura do primeiro mandato deve ser mantida, com ele no posto de secretário especial para Assuntos Internacionais e Celso Amorim no comando do Itamaraty. “Ao contrário de inúmeras críticas, não há um único episódio que tenha revelado discrepâncias entre a minha pasta e o Itamaraty. Ao contrário. Sempre agimos em total acordo”, diz. Garcia também nega veementemente qualquer mudança de rumo na atual política externa, aventada em alguns jornais, e que levaria a maior aproximação com os Estados Unidos. Segundo ele, isso é *wishful thinking* dos conservadores.

O secretário garante que, como disse Lula no discurso da vitória, a prioridade será aprofundar as relações com o Mercosul. Ele quer aproveitar o tempo

que resta ao Brasil na presidência do mercado comum (finda em dezembro) para encaminhar uma série de medidas que fortaleçam a institucionalização do acordo. São propostas para aprofundar a união aduaneira e eliminar assimetrias entre as economias. Ele ressalta ainda a necessidade de aprofundar o diálogo com a Argentina. “A relação entre os dois países, para a América do Sul, tem papel semelhante à proximidade de Alemanha e França para a Europa.”

Projetos de infraestrutura que aproximem as nações serão estudados com cuidado. A exemplo do gasoduto que ligaria Bolívia, Brasil, Venezuela e Argentina.

“Não entraremos em aventura. O gasoduto só avançará se os estudos técnicos e financeiros demonstrarem sua viabilidade. Assim como qualquer outro grande projeto.”

Diante de um quadro ainda fluido das forças no Congresso, Tarso Genro terá muito trabalho no papel de articulador político. Ele será responsável por estabelecer os elos entre o governo do segundo mandato de Lula e os parlamentares da futura legislatura, a ser iniciada em janeiro de 2007.

Segundo o ministro, o desafio do Palácio do Planalto será o de estabelecer relações políticas civilizadas com a oposição, mesmo com as feridas abertas por conta da campanha eleitoral, e estabelecer a base de apoio do governo no Congresso Nacional. Para tal, Genro pretende montar uma agenda mínima capaz de garantir, ainda este ano, a votação de projetos importantes como o do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a lei das pequenas e médias empresas.

Genro diz que, na próxima semana, Lula começará a tratar pessoalmente com os líderes dos partidos aliados sobre a formação e a consolidação das bancadas governistas no Parlamento. “A partir disso, ele poderá conceber a montagem da nova

equipe de governo”, diz. O presidente pretende contar com a ajuda dos governadores eleitos alinhados com as diretrizes federais. Também com eles, Lula pretende tratar diretamente. “O presidente conta com a capacidade dos governadores de enquadrar os partidos no Congresso”, afirma. Com os resultados do segundo turno, o presidente tem hoje 16 governadores aliados, número que poderia chegar a 20, a depender de um acordo com o PMDB e alguma reaproximação, atualmente improvável, com o PPS.

Outra missão de Genro será a de adiantar as discussões, dentro e fora do governo, sobre a reforma política a ser apresentada ao Congresso Nacional. Para isso, ele conta, inclusive, com a ajuda dos opositores do PSDB. A relação com os tucanos, acredita o ministro, não deverá ser tão conturbada como se anuncia. “A ideia de um terceiro turno movido por uma oposição irresponsável não vai prosperar”, diz Genro. “O segundo mandato de Lula não será alvo de disputa eleitoral”. A conferir. ■

Uma das tarefas de Tarso Genro será acelerar a reforma política no Congresso



MARCOS FIORE

BNDES. Fiocca apóia o superávit primário de 4,25% do PIB